

# jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO  
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598  
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO  
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

## Diretor Responsável

RUY MESQUITA

## Diretores

Júlio Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho  
Diretor de Redação  
Fernão L. Mesquita  
Editor Chefe  
Celso Kinjô

## Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto  
Diretor Comercial  
Orlando Marques  
Diretor Agência Estado  
Rodrigo L. Mesquita

## O Congresso no rumo da História 150

JORNAL DA TARDE

A reviravolta que está acontecendo no Congresso, que resolveu endossar o enxugamento da máquina administrativa federal e o programa de privatização proposto pelo governo, é o fato político mais importante dos últimos tempos. Mal-refeitos do enorme impacto causado pela reforma monetária que afetou a vida de todos os cidadãos e de todas as empresas, somos agora agradavelmente surpreendidos por essa nova tendência do Congresso que, a se confirmar — e tudo indica que está confirmada —, estaremos assistindo, agora, sim, a uma verdadeira revolução em nosso país.

O grande receio dos que querem a modernização do Brasil era que o Congresso, que hoje detém amplos poderes, se limitasse a aprovar as reformas monetária e fiscal — a parte já chamada com razão de “anestésica” do Plano Collor — e recusasse ou deformasse irremediavelmente a parte “cirúrgica”, isto é, a redução do tamanho do Estado, que é a fonte primária do déficit público e da hiperinflação em que estávamos mergulhados.

Todas as tentativas de privatizar as empresas estatais deficitárias e ineficientes, assim como de reduzir o aparelho burocrático inchado pelo fisiologismo, esbarravam, até agora, na obstinada resistência do Congresso. A última tentativa frustrada, embora tímida, foi a do Plano Verão. Por tudo isso, muitas lideranças parlamentares advertiram o presidente Collor de Mello sobre a quase impossibilidade de suas medidas, visando a reforma do Estado, serem aprovadas.

Estas advertências, ditadas pelo bom senso e o realismo, estão sendo agora desmentidas, para alegria de seus próprios autores. O sinal da mudança foi dado pelo PMDB que, apesar das derrotas eleitorais sofridas ultimamente, e de ter suas bancadas na Câmara e no Senado bastante diminuídas, ainda ocupa uma posição decisiva no Congresso, a ponto de controlar todas as comissões encarregadas de analisar o Plano Collor. Surpreendentemente, deixando de lado o vezo estatizante e fisiológico, o partido decidiu

aderir às reformas, indo ao ponto de trocar os relatores das comissões encarregadas de estudar as medidas destinadas a reduzir o tamanho do Estado, para facilitar sua aprovação.

A sensação que se tem neste momento — e que esperamos ver confirmada pelos fatos — é a de estarmos vivendo uma autêntica revolução na cultura política brasileira. Apesar das naturais apreensões que ainda cercam a execução do Plano Collor, tudo indica que seu impacto sobre a sociedade brasileira será maior e mais profundo do que se imaginou a princípio. É como se ele tivesse lancetado um tumor. Os privilégios abusivos do Estado estão bem resumidos no caso do transporte gratuito para os funcionários públicos em Brasília. Fica-se sabendo que 40 mil funcionários tinham o privilégio de usar, de graça, 750 ônibus de turismo, enquanto a população de dois milhões de brasilienses tem à sua disposição 1.794 ônibus, devendo pagar a tarifa mais cara do País — Cr\$ 25,00, por passagem. Aí está o retrato da mais odiosa desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira: de um lado, os brasileiros de primeira classe que vivem no universo estatal e, de outro, todos os demais, obrigados a “se virar”.

O PMDB, principalmente, assim como outros setores do Congresso, parece ter aberto os olhos para a realidade e enxergado a causa básica de nossos males. Esta atitude, que só merece louvores, redime nossa classe política de muitos dos seus pecados anteriores. Mostra que ela ainda tem reservas de patriotismo e lucidez, e nos faz acreditar no futuro do Brasil. As atuais medidas de enxugamento da máquina estatal são ainda insuficientes, mas sua aprovação abre perspectivas animadoras para que a cirurgia anties-tatizante seja ampla, geral e irrestrita. Só não será se o governo não estiver à altura da sua missão.

Só a realização integral dessa cirurgia garantirá o ingresso do Brasil na modernidade, com a implantação aqui de uma autêntica economia de mercado.

O Congresso parece ter, enfim, descoberto o rumo certo da História.